

OBRA



TRANSPARENTE

Monitoramento de
obras de escolas
e creches financiadas
pelo governo federal

Apoio

Parceria

UNDEF



The United Nations
Democracy Fund



Observatório
SOCIAL DO BRASIL

A Transparência Brasil é uma associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada a promover a defesa do interesse público por meio da edificação da integridade do estado brasileiro e o combate à corrupção, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições e do processo democrático.

transparencia.org.br

Autora: Bianca Vaz Mondo

Direção-executiva: Manoel Galdino

Raspagem de dados: Jessica Voigt

Revisão: Juliana Sakai e Hugo Salustiano

Diagramação e arte: Carol Oliveira

Relatório produzido pela Transparência Brasil com financiamento do Fundo de Democracia das Nações Unidas (UNDEF).



Este trabalho está licenciado com uma Licença Attribution 4.0 International, com exceção de logos, marcas e termos.

ÍNDICE

SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS OBRAS

p. 6

OS ENTRAVES IDENTIFICADOS

p. 11

Paralisações e atrasos

Demora no início das obras

PROBLEMAS ADICIONAIS

p. 16

Desatualização das informações no SIMEC

Falhas na implementação da

Lei de Acesso à Informação nos municípios

CONCLUSÃO

p. 19

ANEXOS

p. 21

Monitoramento de obras de escolas e creches revela que menos de 10% foi entregue em um ano

setembro de 2018

O Governo Federal financia a construção de milhares de creches e escolas infantis nos municípios brasileiros. Desde maio de 2017, a Transparência Brasil tem acompanhado, pelo projeto Obra Transparente, o andamento de 135 dessas obras em 21 municípios. Essa iniciativa é realizada em parceria com o Observatório Social do Brasil (OSB) e observatórios sociais locais nos municípios selecionados.

Após um ano desse trabalho, nosso levantamento revela que os resultados do programa nesses municípios são pífios: apenas 9% das escolas e creches previstas foram entregues no período. Das 135 obras analisadas, somente 23% estão em andamento e 20% estão paralisadas. Porém, ainda mais preocupante é que a outra metade das obras sequer saiu do papel: 44% ainda aguardam para serem iniciadas, e 4% já foram canceladas, isto é, não serão mais construídas.

As obras não iniciadas já têm convênios com Governo Federal desde pelo menos 2014. Os recursos totais já repassados para a sua construção somam mais de R\$ 26 milhões¹ (em valores correntes de agosto de 2018), apesar de parte delas sequer ter destinado terreno adequado para a obra — pré-requisito não cumprido por alguns municípios e aparentemente mal fiscalizado pelo Governo Federal. Esse dinheiro permanece inutilizado nas contas bancárias das prefeituras até que os entraves para a construção dessas obras sejam solucionados. Contudo, há o risco de que, devido à demora, parte delas nunca venha a se concretizar, aumentando o rol de obras canceladas.

Todas as obras monitoradas são parte do Proinfância, programa do Governo Federal instituído em 2007 e que prevê assistência técnica e financeira aos municípios para cons-

¹ Montante estimado com base nos dados de repasses informados para cada obra no sistema SIMEC, mantido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

trução de infraestrutura educacional. Além das 135 obras analisadas pelo Obra Transparente, outras 59 obras já haviam sido concluídas nos 21 municípios monitorados antes do início do projeto. Somadas às 12 obras finalizadas ao longo do projeto, foram 36% de obras entregues desde o início do Proinfância, apenas 71 dentre as 194 obras previstas. Ou seja, em mais de dez anos, mesmo com a destinação de recursos para este fim, a maioria das escolas não foi entregue, embora o prazo médio de construção dos projetos seja de até um ano.

Paralisações devido a rescisões contratuais são uma das principais razões por trás desse resultado. Das 12 obras já entregues durante o período analisado, mais da metade sofreu alguma paralisação, levando em média quase 5 anos para ficar pronta. Contudo, mesmo en-

tre as obras que não sofreram paralisações, os atrasos na execução foram expressivos. Apenas uma foi entregue dentro do prazo previsto, as demais foram concluídas com uma média de quase 600 dias de atraso - cerca de um ano e sete meses -, considerando o prazo de execução inicial.

Os dados identificados pelas fiscalizações in loco e por meio de pedidos de informação corroboram os resultados de levantamento recente da Transparência Brasil, segundo o qual apenas 44% das mais de 14 mil escolas e creches previstas no Proinfância haviam sido entregues e 8% canceladas. Além disso, cerca de 38% das 6.920 obras ainda por entregar estão paralisadas ou atrasadas. Entre as obras ainda pendentes de entrega, 29% ainda não foram iniciadas.

SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS OBRAS

A tabela abaixo mostra a distribuição das 135 obras monitoradas em cada um dos 21 municípios participantes do Obra Transparente de acordo com a sua situação, com base nas informações disponíveis no SIMEC, sistema mantido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em maio de 2017.

As obras foram classificadas como “em andamento”, “não iniciada” e “paralisada”. A categoria “em andamento” corresponde às obras indicadas como “em execução” no sistema do FNDE, segundo as últimas informações alimentadas pela prefeitura responsável. Das obras restantes, foram classificadas como não iniciadas todas as obras que apresentavam percentual executado igual a zero, enquanto as obras com algum percentual de execução registrado, porém que não constavam como em execução, foram consideradas como paralisadas.

Na amostra analisada, encontramos inicialmente 22 (16%) paralisadas e 94 (70%) sequer iniciadas, a despeito de todos os termos de financiamento entre o Governo Federal e os respectivos municípios terem sido firmados até o ano de 2014. Entre as 19 (14%) obras em execução, oito registravam data prevista de conclusão anterior a maio de 2017, portanto encontrando-se em atraso no cronograma de execução.

Em estudo anterior da Transparência Brasil², já tínhamos identificado que a base do SIMEC apresentava inconsistências e informações incompletas. Os problemas iam desde obras sem endereço ou sem data prevista de conclusão até obras que constavam como não iniciadas, mas que já haviam recebido repasses do Governo Federal. No levantamento inicial do projeto Obra Transparente, falhas semelhantes foram constatadas.

Para verificar a qualidade dos dados inseridos no sistema e confirmar a real situação das obras monitoradas, conduzimos com os 21 observatórios sociais parceiros um levantamento de informações atualizadas com as prefeituras de seus respectivos municípios. Cada um formalizou um pedido de informação junto à gestão local, solicitando dados sobre a situação das obras, e realizou visitas aos locais das obras.

O resultado desse levantamento de validação confirmou a percepção inicial de inconsistências nas informações do SIMEC. Com base nas informações obtidas para 133 obras³, havia divergência entre

² “Quase metade das obras de creches e escolas públicas de programas do Governo Federal estão atrasadas ou paralisadas”, publicado em agosto de 2017 (<https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/RelatorioTadePe23082017.pdf>).

Tabela 1. Distribuição das obras por situação e município

Município	UF	Não iniciada	Em andamento	Paralisada	Total
Araucária	PR	7	-	1	8
Caçador	SC	1	1	1	3
Campo Mourão	PR	2	-	1	3
Cascavel	PR	2	2	-	4
Chapecó	SC	1	-	-	1
Foz do Iguaçu	PR	8	-	-	8
Goioerê	PR	-	2	-	2
Gravataí	RS	5	4	6	15
Guarapuava	PR	1	2	-	3
Imbituba	SC	1	1	-	2
Lajeado	RS	2	-	-	2
Limeira	SP	4	-	1	5
Palhoça	SC	2	4	-	6
Paranaguá	PR	7	-	1	8
Pelotas	RS	12	-	2	14
Ponta Grossa	PR	8	-	1	9
Santa Maria	RS	5	1	6	12
São Francisco do Sul	SC	1	1	-	2
São José dos Campos	SP	2	1	-	3
Taubaté	SP	3	-	1	4
Uberlândia	MG	20	-	1	21
Total		94	19	22	135

Fonte: SIMEC, 03/05/17. Elaborado pela Transparência Brasil.

a situação indicada no SIMEC e a informação mais atual obtida da prefeitura para 36 obras de 17 dos 21 municípios (81%). Como é a própria prefeitura que alimenta as informa-

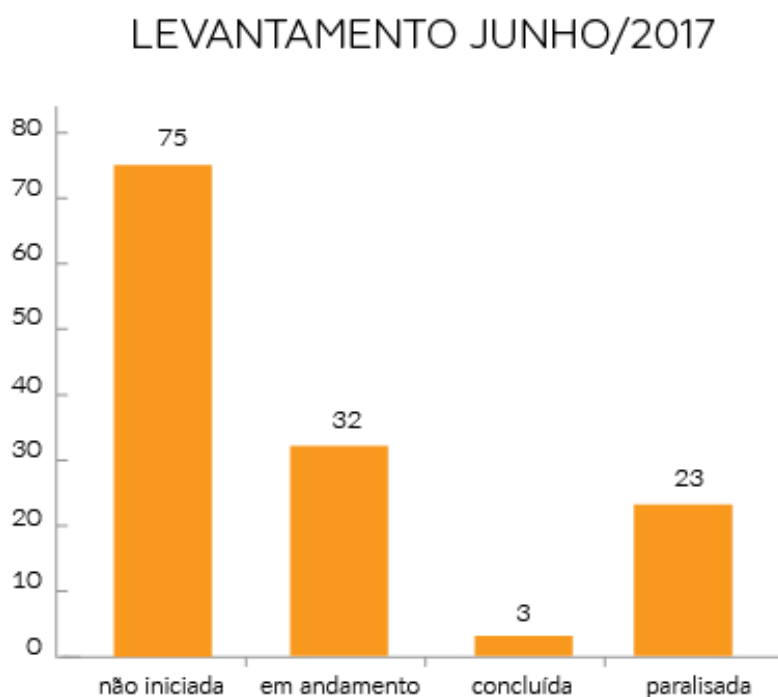
ções no SIMEC, essas discrepâncias indicam que há uma defasagem sistemática na maneira como as informações são transmitidas pelas gestões municipais ao FNDE.

³ Para duas obras no município de Santa Maria (RS), não foram obtidos os dados buscados.

Um aspecto positivo é que, segundo os dados mais fidedignos coletados pelos observatórios, 32 (24%) obras estavam em andamento, contra 19 (14%) indicadas no

SIMEC; 3 (2%) já haviam sido concluídas, e 75 (56%) permaneciam não iniciadas. O número total de obras de obras paralisadas mostrou-se quase inalterado, indo de 22 para 23 (17%).

Gráfico 1. Distribuição das obras por situação em junho/2017



Fonte: Dados obtidos com as prefeituras consultadas e os observatórios sociais parceiros. Elaborado pela Transparência Brasil.

A próxima etapa da análise foi avaliar a evolução das obras monitoradas desde esse levantamento inicial. Para isso, a Transparência Brasil encaminhou, em fevereiro de 2018, pedidos de acesso à informação padronizados a todas as 21 prefeituras dos municípios participantes. As informações solicitadas incluíam os seguintes dados⁴:

- a) Situação atual da obra;
- b) Percentual executado;
- c) Data da última medição;
- d) Data prevista de conclusão;
- e) Nome e CNPJ da empresa contratada;
- f) Número do contrato;
- g) Existência de previsão orçamentária em 2018 para a execução de obras ainda não iniciadas.

Entre março e abril, foram recebidas respostas aos pedidos de 16 das 21 prefeituras consultadas, abrangendo um total de 98 obras. As prefeituras de Caçador (SC), Imbituba (SC),

⁴ O texto completo utilizado como base para os pedidos é apresentado no Anexo II.

Paranaguá (PR), São José dos Campos (SP) e Uberlândia (MG) não forneceram nenhuma das informações solicitadas, em flagrante desrespeito à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Para as obras com dados faltantes, informações complementares foram obtidas dos observatórios locais, com base em suas atividades de monitoramento in loco.

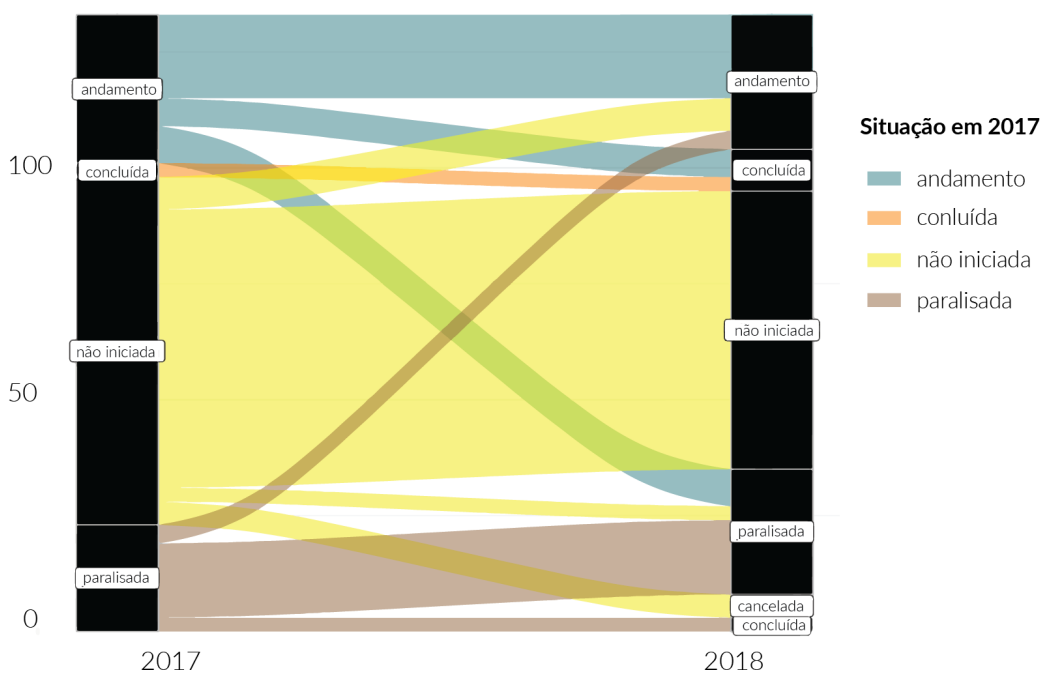
O gráfico abaixo demonstra a evolução das obras em cada categoria no período decorrido entre os dois levantamentos. Como tínhamos dados do primeiro levantamento para 133 das 135 monitoradas, a análise foi feita para esse

mesmo número. No segundo levantamento, identificamos que as duas obras de Santa Maria sem dados nas informações coletadas em junho de 2017 estavam em andamento, segundo a resposta obtida da prefeitura.

Segundo os cronogramas-padrão do FNDE, o ciclo natural de etapas das obras e o prazo médio de execução varia de 9 a 12 meses, dependendo do projeto adotado. Portanto, uma expectativa razoável seria de que as obras já em andamento tivessem sido concluídas em sua maioria, e que as obras não iniciadas tivessem, pelo menos em boa parte,

Gráfico 2. Evolução das obras por situação entre junho/2017 e abril/2018

SITUAÇÃO DE OBRAS EM 2017 E 2018



Fonte: Dados obtidos com as prefeituras consultadas e os observatórios sociais parceiros. Elaborado pela Transparência Brasil.

sido contratadas e iniciadas, passando para a categoria “em andamento”. O que observamos, contudo, está longe desta expectativa.

Das 32 obras que estavam em andamento em junho de 2017, apenas 6 (19%) foram concluídas. Outras 8 obras (25%), parcela maior do que as obras entregues, encontravam-se paralisadas 10 meses depois. As 18 obras restantes permaneceram em andamento, apesar de já terem percentual médio executado de 55% quando foi feito o levantamento inicial, indicando a existência de atrasos em sua execução. De fato, informações mais recentes do SIMEC, coletadas no início de julho de 2018, apontam que o prazo de entrega foi prorrogado para pelo menos 9 delas.

Para as 23 obras que estavam paralisadas em 2017, também identificamos perspectiva bastante pessimista. No período analisado, apenas 7 (30%) foram retomadas, das quais 3 foram concluídas. Os 70% restantes seguiam na mesma situação 10 meses depois.

As obras não iniciadas também permaneceram, em sua maioria, na mesma situação. Apenas 10 (13%) foram iniciadas, sendo que destas, 3 já se encontram paralisadas. Outras 5 (4%) obras foram indicadas pelas prefeituras como tendo sido canceladas, isto é, não serão mais executadas.

Esse panorama reflete uma lentidão generalizada na implementação dessas obras, que afeta tanto obras não iniciadas como aquelas já em andamento. Do contingente analisado, excluídas as 12 obras concluídas e as 5 canceladas, restam ainda 116 obras por serem entregues, das quais 60, ou seja, mais que a metade, sequer saiu do papel, evidenciando a demora com que novas obras são contratadas e iniciadas. Para as outras 56 obras já iniciadas e ainda não concluídas, vemos indícios de atraso naquelas em andamento, e praticamente metade encontra-se interrompida por paralisações. As obras já paralisadas, por sua vez, também enfrentam ritmo lento para serem retomadas e concluídas.

OS ENTRAVES IDENTIFICADOS

Paralisações e atrasos

Em nosso levantamento, identificamos pelo menos 85 obras que já foram contratadas em algum momento, dentre as 135 analisadas. A tabela abaixo mostra a distribuição dessas obras de acordo com a sua situação verificada até abril de 2018. A paralisação parece ter se tornado uma fase integrante do ciclo de vida das obras acompanhadas pelo projeto Obra Transparente. Entre as obras já iniciadas - isto é, aquelas em andamento, paralisadas ou já concluídas -, 7 em cada 10 sofreram pelo menos uma paralisação fruto de rescisão contratual.

O abandono de contratos afetou até mesmo obras que nem foram iniciadas. Das 60 obras nesta categoria, identificamos pelo menos 14 que chegaram a ser contratadas, porém tiveram o contrato rescindido antes do início da construção. Esse é o caso também de uma das 5 obras que foram canceladas.

Tabela 2. Frequência de rescisão contratual entre obras já contratadas

	Houve rescisão contratual?		
	Sim	Não	Total Geral
Não iniciada	14	-	14
Em andamento	14	17	31
Concluída	7	5	12
Paralisada	27	-	27
Cancelada	1	-	1
Total geral	63	22	85

Fonte: Dados coletados pela Transparência Brasil no SIMEC até 10/07/2018, em portais dos Tribunais de Contas estaduais e nos portais de transparência dos municípios analisados.

Obras abandonadas trazem grandes desafios para as prefeituras contratantes. Invariavelmente, há demora adicional para a sua entrega, levando-se em conta os trâmites legais para a rescisão do contrato e para a realização de nova licitação para a sua conclusão. Não é à toa, portanto, que observamos um tempo muito maior de execução para essas obras do que para outras obras que não enfrentam paralisações.

Embora contemos com uma amostra de apenas 12 obras já concluídas para comparação, as 5 obras executadas por apenas uma empresa do início ao fim levaram em média 2,2 anos para serem entregues. Em contraste, as 7 obras que sofreram alguma paralisação e precisaram ser recontratadas levaram em média 4,9 anos até a conclusão, ou seja, mais do que o dobro.

As paralisações também geralmente se traduzem em desperdício de recursos já empregados, pois uma parte do que já foi construído tende a se deteriorar até que a obra seja retomada e precisará ser refeita. Outra dificuldade é que o crescente custo para a construção da obra torna os recursos financeiros disponíveis muitas vezes insuficientes para uma nova contratação alguns anos depois. A necessidade de alocação de novos recursos nem sempre é possível e pode chegar a inviabilizar a conclusão do projeto.

Além disso, a contratação do remanescente de uma obra é tecnicamente mais complexa do que no caso de uma nova construção. Os riscos para as novas empresas executoras também são maiores no que diz respeito à responsabilidade assumida por serviços executados por outra empresa. Por isso, as prefeituras podem enfrentar dificuldades em encontrar empresas dispostas a assumir esses riscos.

Mesmo as obras que não enfrentam paralisações apresentam atrasos expressivos com relação ao seu cronograma de execução original. Das mesmas 5 obras concluídas com uma única contratação, apenas uma foi entregue dentro do prazo previsto no contrato original. As outras 4 foram concluídas com uma média de quase 600 dias de atraso - cerca de um ano e sete meses -, considerando o prazo de execução inicial. Para as 17 obras em andamento que ainda não sofreram paralisações, já se identificam atrasos previstos de 426 dias, em média, para 14 delas, de acordo com os aditivos contratuais já firmados.

Vemos, portanto, que o ciclo natural envolvendo a licitação, contratação, execução e conclusão de uma obra sem grandes interrupções quase não se observa na prática, com base nos dados das obras acompanhadas pelo projeto. Na melhor das hipóteses, as obras são levadas a cabo em uma única contratação, porém são entregues para usufruto da população com atrasos superiores a um ano. Na grande maioria dos casos, porém, verifica-se cenário ainda mais grave, em que as obras são abandonadas pelas empresas, gerando grandes obstáculos para a sua conclusão.

Tendo em vista a frequência com que observamos esses problemas, uma pergunta relevante é quais são suas possíveis causas. Com base nas informações coletadas com os observatórios sociais parceiros, identificamos algumas situações recorrentes como possíveis razões para os atrasos e paralisações verificados:

a) Empresas contratadas não possuem condições financeiras para concluir as obras

Vários casos de paralisações e atrasos observados foram motivados por empresas que vieram a declarar falência ou enfrentaram sérias dificuldades financeiras. Como é praxe que as licitações incluam condições para habilitar somente empresas com boa saúde financeira, as situações observadas apontam para falhas e inadequações nos processos de contratação, que não teriam adequadamente afastado licitantes sem condições financeiras suficientes para cumprir o contrato.

Em caso recente, no município de Pelotas (RS), uma empresa que já executava três obras de creches no município participou de nova licitação para a conclusão de três outras obras paralisadas. Tendo vencido o certame, o contrato não veio a ser formalizado porque a empresa declarou insolvência logo após a licitação, abandonando as obras que já estava executando e levando à anulação da nova lici-

tação. Evidentemente, as condições de habilitação financeira fixadas na nova licitação não foram suficientes para garantir a seleção de uma empresa com boa saúde financeira.

b) Falhas no planejamento das contratações

Embora os projetos do Proinfância sejam padronizados e fornecidos pelo FNDE, cabe aos municípios executores fazer adaptações cabíveis para a sua implementação no contexto local, bem como elaborar projetos para serviços complementares, como fechamento do terreno, obras de drenagem ou construção de poços para abastecimento de água. Em muitos casos, porém, as prefeituras realizam a contratação das obras somente com base nos projetos padronizados, sem realizar os ajustes necessários.

Identificamos em diversos municípios do Obra Transparente casos de obras que sofreram atrasos significativos em sua conclusão justamente por causa de contratações com base em projetos incompletos. Em Caçador (SC) e Cascavel (PR), por exemplo, após a conclusão da edificação principal foram necessárias novas licitações para contratar serviços adicionais que já poderiam ter sido previstos no planejamento inicial da obra. Um caso mais extremo ocorreu em Foz do Iguaçu (PR), onde uma obra foi licitada até mesmo sem essenciais adaptações ao projeto estrutural. Evidentemente, falhas dessa natureza geram grande ineficiência e podem elevar consideravelmente não só o tempo de execução, mas também o custo da obra.

c) Deficiências na fiscalização contratual

Pela Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos), os órgãos contratantes têm o dever de alocar, para cada contrato firmado, servidor público para fiscalizar se as condições contratuais estão sendo cumpridas pela pes-

soa ou empresa contratada. No caso de obras públicas, não é diferente: a adequada fiscalização contratual requer que um engenheiro ou arquiteto fique responsável por vistoriar as obras, atestar pela qualidade dos serviços prestados e verificar o cumprimento do cronograma de execução.

Observamos diversos casos de municípios que não conseguem exercer adequadamente esse papel. Em Foz do Iguaçu (PR), por exemplo, o número de servidores disponíveis para essa função é insuficiente: apenas dois engenheiros para fiscalizar mais de 20 obras em andamento. Em Uberlândia (MG), os contratos sequer contam com fiscal alocado especificamente para o seu acompanhamento.

A fiscalização contratual deficiente amplia os riscos para descumprimento das cláusulas contratuais pelas empresas, como os atrasos e abandonos verificados nas obras monitoradas.

d) Atrasos nos repasses de recursos federais

Em vários municípios do projeto, os observadores sociais parceiros ouviram relatos de gestores e de representantes das empresas sobre essa dificuldade, o que seria condizente com a significativa redução nos repasses realizados pelo Governo Federal ao programa Proinfância nos últimos anos⁵. Segundo pudemos verificar com base em dados de movimentação financeira de contas que receberam recursos pelo programa Proinfância⁶, atrasos significativos têm de fato ocorrido em alguns casos.

Demora no início das obras

Os dados apresentados acima revelam usuais atrasos e paralisações na execução das obras como indicativos de grande ineficiência na implementação da política de ampliação da

⁵ Segundo dados do sistema SIGEF (<https://www.fn.de.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes/> - acessado em 03.09.18), a média dos repasses totais anuais pelo Proinfância de 2015 a 2017 representa apenas 38% dos totais repassados anualmente entre 2012 e 2014, no auge do programa.

⁶ Os dados consultados foram extraídos do SIMEC e do SIGEF.

infraestrutura educacional pelos governos federais e municipais. Contudo, um fato muitas vezes ignorado no debate é o enorme atraso para que as obras “prometidas”, com financiamento já assegurado, venham a sair do papel.

Na amostra monitorada pelo projeto Obra Transparente, esse ainda é o caso de 60 (44%) das 135 obras acompanhadas. Essa situação revela-se ainda mais gritante ao considerarmos a data de assinatura dos convênios para o financiamento dessas obras: todos os convênios em questão foram firmados com os respectivos municípios até 2014. Há obras com financiamento pactuado desde 2008. Verificamos que já se passaram, em média, cinco anos e meio, e ainda cerca de metade das obras consideradas permanecem sem perspectiva de concretização no futuro próximo.

Informações qualitativas levantadas pelos observatórios sociais parceiros junto às administrações municipais sugerem os problemas abaixo como os principais entraves para que essas obras sejam iniciadas:

a) Fracasso na implementação dos projetos de metodologia inovadora

Em 2013, o Proinfância introduziu o uso de metodologias inovadoras para a construção das escolas. Em vez de construções tradicionais em alvenaria, seriam utilizados painéis pré-moldados, que prometiam custos menores e entrega em poucos meses. Quatro empresas/consórcios executores foram selecionados diretamente pelo Governo Federal em sistema de registro de preços ao qual as prefeituras depois aderiram.

No entanto, a maior parte das obras foi abandonada pelas empresas contratadas. Como havia exclusividade na produção de materiais necessários para a construção segundo

essas tecnologias, não era tão fácil encontrar outras empresas para executar esses projetos.

Nas fiscalizações do Obra Transparente, identificamos pelo menos 71 das 135 obras pactuadas para execução por metodologia inovadora de construção. As consequências do fracasso na implementação do sistema são evidentes. Os projetos de metodologia inovadora correspondem a 38 das 60 obras não iniciadas e 21 das 27 obras paralisadas. Nos municípios acompanhados, apenas 3 de todas as obras já entregues⁷ foram concluídas pelas empresas originalmente selecionadas pelo Governo Federal para a execução desses projetos.

Constatado o fiasco dessa política, o Governo Federal permitiu que os municípios solicitassem ao FNDE a reformulação dos projetos de obras ainda não iniciadas pelas metodologias inovadoras, passando a utilizar metodologia convencional de construção em alvenaria. Contudo, segundo as informações obtidas por nossos parceiros locais junto às prefeituras, o processo de reformulação junto ao FNDE tem se mostrado lento e burocrático. Pelo menos 58 das 71 identificadas ainda não tiveram os processos reformulados.

Além disso, a revisão dos valores pactuados nos convênios originais também tem levado ao cancelamento de parte das obras, devido à incompatibilidade entre os recursos originalmente prometidos e os custos atuais de construção para os projetos reformulados.

Vale ressaltar também o impacto negativo nos casos de obras já iniciadas por essa metodologia e paralisadas. Dentre as obras monitoradas pelo projeto, identificamos 20 obras em 5 municípios que foram iniciadas e depois abandonadas por empresas executoras do sistema inovador. Em todo o Brasil, relatório de auditoria publicado pela CGU em março de 2018 indicou que o abandono em massa de obras iniciadas com a metodologia inovadora

⁷ Inclui 59 obras entregues antes do início do monitoramento em 2017, e 12 obras após o início do projeto.

implica em dano potencial aos cofres públicos no caso de 249 obras paralisadas⁸.

b) Ausência de pré-requisitos para a execução das obras

Pelo programa Proinfância, os municípios firmam termos de compromisso com o Governo Federal para o financiamento das obras. Como contrapartida, ficam responsáveis por disponibilizar terreno próprio e compatível com o projeto selecionado⁹ e garantir tanto a infraestrutura necessária para a construção quanto o posterior funcionamento da unidade.

Porém, identificamos diversas obras que ainda não saíram do papel porque essas condições não foram cumpridas pelos municípios. Para pelo menos 14 (23%) das 60 obras não iniciadas, verificamos que as prefeituras apresentaram terrenos inadequados. Algumas das falhas incluem terrenos de dimensões insuficientes, com posse em disputa judicial ou em zona imprópria para a construção de prédios públicos.

Em Paranaguá (PR), por exemplo, essa é a situação de 7 das 8 obras monitoradas

no projeto. Na cidade, até mesmo terreno localizado em zona portuária, portanto incompatível com a finalidade do objeto a ser construído, foi alocado para a construção de creche.

Essas situações sugerem que os municípios muitas vezes não realizam análise cuidadosa para garantir os requisitos básicos para as construções, mesmo em questão tão elementar como a seleção de terreno apropriado. Por outro lado, o fato de que os convênios foram firmados a despeito dessas inconformidades demonstra falhas também no processo de aprovação dos convênios pelo FNDE.

A ineficiência gerada é ainda maior quando consideramos que, na grande maioria dos casos, os repasses das primeiras parcelas do financiamento ao município já foram realizados. Os recursos se mantêm anos a fio sem utilização nas contas das prefeituras sem que as condições para o início das obras sejam garantidas. Para as obras não iniciadas com pendências de terreno, por exemplo, os recursos já repassados pelo FNDE somam quase R\$ 6,5 milhões (em valores correntes de agosto de 2018)¹⁰.

⁸ Relatório de Avaliação da Execução de Programa de Governo N° 80: Implantação de escolas para educação infantil (<https://auditoria.cgu.gov.br/download/10722.pdf>).

⁹ O FNDE disponibiliza alguns tipos de projetos, cada um com uma capacidade, e especifica os requisitos mínimos do terreno (ex. dimensões e declividade) necessários para a sua construção.

¹⁰ Montante estimado com base nos dados de repasses informados para cada obra no sistema SIMEC. Para corrigir os valores pela inflação, nós utilizamos o IPCA - comercializáveis. Nós decidimos por essa versão do IPCA, pois acreditamos que ele reflete um pouco melhor a realidade inflacionária dos municípios monitorados pelo projeto Obra Transparente. O IPCA é calculado tendo por base 10 regiões metropolitanas mais o Distrito Federal, Goiânia e Campo Grande, e inclui preços de itens como aluguel, serviços médicos entre outros. Assim, ao focar em bens comercializáveis, cujos preços tendem a serem mais parecidos entre regiões, justamente por serem comercializáveis, o IPCA comercializáveis deve espelhar um pouco melhor a realidade inflacionária de cidades do interior do sul e sudeste do Brasil. De todo modo, fizemos testes de robustez utilizando o IPCA tradicional, para checar que isso não influencia nas conclusões. De fato, o efeito é pequeno e a diferença média entre os índices de 2007 a 2018 é de apenas 0,07 pontos percentuais, e de 2010 a 2018 é de 0,1 pontos percentuais.

PROBLEMAS ADICIONAIS

Desatualização das informações no SIMEC

O levantamento sobre as 135 obras acompanhadas pelo projeto Obra Transparente evidenciou problemas relevantes com relação à consistência e à atualidade das informações acessíveis pelo SIMEC. As falhas observadas corroboram análise mais extensa realizada com dados de todo o Brasil no estudo publicado pela Transparência Brasil em agosto de 2017.

De maneira geral, verifica-se que o sistema de monitoramento implementado pelo FNDE, embora busque ampliar a transparência e permitir o acompanhamento da situação das obras pelo público, não consegue garantir que as informações sejam atualizadas no ritmo necessário. Isso acaba por prejudicar a utilidade dessa ferramenta para o exercício do controle social, já que os dados apresentados não são completamente confiáveis.

Na primeira análise, contrastando dados das prefeituras de junho de 2017 com dados extraídos do SIMEC em maio do mesmo ano, havíamos identificado divergência sobre a situação de 36 (27%) dentre 133 obras monitoradas. Essa discrepância envolvia obras de 17 dos 21 municípios. Uma nova consulta foi feita aos dados do SIMEC disponíveis no início de julho de 2018¹¹, para cotejar os dados mais atuais com as informações obtidas das prefeituras pelos pedidos de acesso à informação em março e abril, e com dados complementares levantados pelos observatórios sociais atuando localmente. Para essa consulta, foi possível analisar os dados de todas as 135 obras monitoradas.

Um aspecto positivo observado no levantamento mais recente é que foram constatadas menos divergências com relação à situação das obras: para 27 (20%) das 135 obras, em 11 dos 21 municípios, a situação indicada no SIMEC no início de julho era incompatível com aquela informada pela respectiva prefeitura ou pelo observatório social consultado. Essa redução indica aparente melhora na transmissão de informações pelas prefeituras ao FNDE, o que pode ter sido estimulado pelo controle social mais efetivo exercido pelos observatórios sociais atuantes no projeto.

No entanto, uma análise mais detalhada das informações disponibilizadas pelos municípios no SIMEC aponta que a atualização é, muitas vezes, superficial, feita somente para dados básicos como a situação

¹¹ Optou-se por fazer esse novo levantamento no SIMEC alguns meses depois do recebimento das outras informações, justamente para permitir tempo hábil para a atualização do sistema por parte das prefeituras.

da obra e o percentual executado. Embora o SIMEC ofereça uma estrutura para propiciar grande riqueza de informações sobre cada obra, dados complementares referentes à licitação, ao contrato e à execução financeira parecem ser alimentados e atualizados com muito menos frequência e rigor.

Levando em conta essas informações complementares¹², observou-se que os dados de 72 (53%) das 135 obras apresentam alguma informação desatualizada. Alguns exemplos incluem obras paralisadas para as quais ainda constam as antigas datas previstas de conclusão, obras retomadas para as quais não constam dados de contratações anteriores e obras em andamento cujas medições e pagamentos não são atualizados há vários meses.

Para um número ligeiramente maior – 75 (56%) das 135 obras –, foram verificadas incoerências nas informações disponíveis no sistema, isto é, informações que apresentam alguma contradição ou inconsistência com outros dados da mesma obra. São situações como: medições acumuladas que não correspondem ao percentual total de execução informado pela prefeitura; datas previstas de entrega incompatíveis com a data de término do respectivo contrato; dados de licitações homologadas não acompanhados pelos dados do contrato resultante, e até mesmo inconsistências no registro de movimentações nas contas bancárias em que os recursos do Governo Federal são repassados¹³.

Em diálogos com as prefeituras de seus municípios, alguns observatórios sociais relataram que as gestões municipais justificam a falta de atualização das informações no SIMEC devido a dificuldades técnicas enfrentadas,

como bloqueios no acesso ao sistema devido a solicitações pendentes de análise pelo FNDE. A Prefeitura de Paranaguá, por exemplo, afirmou ter tido até uma tentativa de correção de endereço indeferida pelo FNDE¹⁴.

Observamos também outras deficiências importantes na estrutura da plataforma aberta do SIMEC que prejudicam sua utilização como fonte de informações para o exercício do controle social. Dados referentes a licitações e contratos, e até mesmo às medições realizadas e aos pagamentos correspondentes, ficam disponíveis apenas para a última atualização feita pelo órgão conveniado.

Na seção de dados referentes às licitações, por exemplo, apenas aparecem informações do último processo licitatório associado a cada obra. O mesmo ocorre com os dados da contratação, em que apenas são disponibilizados dados detalhados do último contrato. Nos casos em que é feita alguma alteração contratual, o documento anexado no sistema, para o usuário da plataforma pública, passa a ser o termo aditivo, e não mais o contrato original. A seção referente à execução financeira da obra, da mesma forma, somente inclui dados das medições e dos pagamentos associados à última contratação.

Para a realização das atividades de monitoramento do projeto Obra Transparente, temos observado que essas deficiências criam dificuldades adicionais para a obtenção de informações sobre as obras. Para obras que já sofreram paralisações e que foram contratadas novamente – situação de duas em cada três das obras já iniciadas –, a perda de dados sobre a(s) contratação(ões) anterior(es) no sistema impossibilita que se tenha uma visão mais abrangente

¹² Optou-se por fazer esse novo levantamento no SIMEC alguns meses depois do recebimento das outras informações, justamente para permitir tempo hábil para a atualização do sistema por parte das prefeituras.

¹³ Notamos que até mesmo a base de dados do SIMEC disponível para download em formato aberto apresenta inconsistências. Os dados de valores repassados pelo FNDE, por exemplo, são incompletos e não incluem informações de repasses apresentadas nas páginas individuais de parte das obras. Portanto, há também falhas na gestão de dados mantidos pelo próprio FNDE.

¹⁴ Desde o início dos trabalhos de monitoramento de obras financiadas pelo FNDE, a Transparência Brasil tem tentado, sem sucesso, iniciar um diálogo direto com representantes do órgão. Devido à falta de resposta do FNDE às nossas tentativas de contato, não foi possível obter informações para confirmar a ocorrência das situações relatadas por prefeituras.

do histórico da obra, como data de início, montantes já pagos, entre outras informações.

Como consequência, esses dados têm que ser buscados diretamente com as prefeituras. Na maioria das vezes, as informações disponibilizadas nos portais de transparência das prefeituras é insuficiente ou inexistente. Pedidos de informação direcionados às prefeituras também têm sido respondidos, de maneira geral, com atrasos ou de maneira incompleta, quando não são completamente ignorados, em afronta ao direito de acesso às informações públicas garantido constitucionalmente e regulamentado pela Lei nº 12.527/2011.

Falhas na implementação da Lei de Acesso à Informação nos municípios

Os levantamentos de informações realizados para a análise apresentada neste relatório revelam falhas substanciais na implementação da Lei nº 12.527/2011 nos municípios consultados. De maneira geral, verifica-se que boa parte dos pedidos de acesso à informação são atendidos em desacordo com os prazos e as regras estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação, quando não são sumariamente ignorados.

No levantamento realizado pelos observatórios sociais em junho de 2017, o atendimento às solicitações de informações encaminhadas às prefeituras foi insatisfatório na maioria dos casos, sobretudo devido à disponibilização de informações incompletas, ou grandes atrasos na entrega das informações solicitadas. Em pelo menos 5 (24%) dos 21 municípios, os pedidos de acesso à informação formalizados pelos observatórios não foram respondidos dentro do prazo; os dados chegaram a ser obtidos em algum momento nesses municípios, depois de reiteradas cobranças, porém apenas vários meses após a solicitação inicial.

No segundo levantamento realizado pela Transparência Brasil, por meio de novos pedidos de acesso à informação, o resultado inicial foi de apenas 8 (38%) dos 21 pedidos atendidos adequadamente, isto é, com respostas completas às informações solicitadas. Para os pedidos restantes, que foram atendidos parcialmente, não atendidos ou não respondidos, foram enviados recursos, os quais resultaram em mais 7 pedidos atendidos adequadamente, totalizando 15 respostas satisfatórias. Um dos pedidos foi respondido apenas parcialmente, mesmo após o recurso, e outros dois foram não atendidos, isto é, respondidos, porém sem as informações solicitadas¹⁵. Em alguns casos, diversas tentativas de contato telefônico foram necessárias para verificar o andamento do pedido, ou até mesmo para descobrir os canais adequados para o envio das solicitações e dos recursos.

Outros três pedidos permaneceram sem resposta nenhuma mesmo após o recurso. Em dois casos (Caçador e Paranaguá), a consulta online à tramitação da solicitação revelou que somente houve movimentação até um dia após o envio pela Transparência Brasil, isto é, sequer houve algum andamento interno para que o pedido fosse respondido. No caso de Imbituba, outra prefeitura que não respondeu o pedido, houve manifestação de alguns setores, inclusive da Unidade de Controle Interno cobrando que fosse dado algum encaminhamento, mas ainda assim não recebemos nenhuma resposta à solicitação.

De maneira geral, vemos que uma parcela considerável das solicitações de informação amparadas na Lei de Acesso à Informação não é atendida, ou apenas é atendida após alguma insistência do solicitante, utilizando-se das instâncias recursais ou até mesmo de contato direto com a administração, para que o direito de acesso à informação seja respeitado.

¹⁵ Em São José dos Campos, por exemplo, a prefeitura enviou resposta ao pedido, indicando somente que era necessário protocolá-lo fisicamente nos endereços do setor de protocolo. O pedido foi classificado pelo servidor responsável como “respondido”. Em Uberlândia, a prefeitura também enviou resposta à solicitação após o envio de recurso, porém apenas disponibilizou uma espécie de tutorial para consulta de dados das obras pelo SIMEC.

CONCLUSÃO

Este relatório buscou apresentar as principais constatações feitas ao longo da implementação do projeto Obra Transparente pela Transparência Brasil, em parceria com o Observatório Social do Brasil (OSB) e 21 observatórios sociais locais.

Como demonstrado, a análise de informações relativas às 135 obras de escolas e creches acompanhadas pelo projeto revelou diversos entraves à adequada execução das obras do programa Proinfância nos municípios em que o projeto atua. Os resultados do estudo refletem problemas já abordados em outras avaliações do programa realizadas em âmbito nacional, como a auditoria divulgada pela CGU em março de 2018¹⁵.

De maneira geral, observamos problemas na execução do programa Proinfância que apontam para deficiências relativas tanto à atuação do Governo Federal no financiamento e na fiscalização dos compromissos pactuados, como à atuação dos municípios para a adequada execução dos projetos. No que diz respeito à transparência das informações relevantes para o controle social dessas obras, também deixam a desejar os dados disponibilizados pelos municípios, os quais não são devidamente verificados pelo Governo Federal.

Tendo em vista os problemas identificados, trazemos algumas sugestões e recomendações para fortalecer o debate sobre as questões apontadas e possíveis soluções ao alcance sobretudo do Governo Federal na implementação do programa Proinfância.

¹⁵ Relatório de Avaliação da Execução de Programa de Governo N° 80: Implantação de escolas para educação infantil (<https://auditoria.cgu.gov.br/download/10722.pdf>).

Recomendamos ao FNDE que:

- 1. Exerça maior controle sobre o cumprimento da contrapartida pelos municípios**, exigindo análises técnicas preliminares para viabilidade dos terrenos, bem como a apresentação de projetos completos para a contratação, antes de realizar os repasses financeiros;
- 2. Priorize os processos de reformulação de projetos de metodologias inovadoras**, viabilizando a execução de grande parte das obras ainda não iniciadas;
- 3. Aprimore a estrutura da plataforma pública do SIMEC**, de modo a permitir o armazenamento de todo o histórico de informações de cada obra, bem como a sua disponibilização na plataforma de acesso público, centralizando, desta maneira, todas as informações relevantes de cada obra e concretizando o potencial do sistema como uma ferramenta de grande utilidade para o controle social;
- 4. Contribua para aumentar a qualidade das informações disponíveis no sistema**, exercendo maior controle de inconsistências nos dados inseridos pelas prefeituras e demandando correções e completude das informações;
- 5. Preste esclarecimentos** sobre eventuais barreiras técnicas e burocráticas para a atualização dos dados, bem como sobre atrasos nos repasses financeiros, conforme reportado por algumas prefeituras.

Recomendamos aos órgãos de controle federais que:

- 1. Emitam recomendações aos entes federados** sobre boas práticas na contratação de obras públicas, no que diz respeito às condições para a habilitação das empresas licitantes;
- 2. Promovam e divulguem amplamente os modelos de editais** de licitações e contratos de obras públicas elaborados pela Advocacia-Geral da União (AGU), para facilitar a adoção de boas práticas pelos municípios;
- 3. Promovam capacitações** sobre transparência e Lei de Acesso à Informação e fiscalização de contratos voltadas para gestores e servidores municipais;
- 4. Realizem ações regulares de verificação** do cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos entes federados, sobretudo os municípios, por meio de amostragem aleatória;
- 5. Orientem as administrações municipais sobre a adequada regulamentação da Lei de Acesso à Informação**, de modo a evitar ou corrigir a adoção de procedimentos que produzam obstáculos para a formalização de pedidos por parte dos cidadãos.

ANEXO I - O PROJETO OBRA TRANSPARENTE

O projeto Obra Transparente é desenvolvido pela Transparência Brasil em parceria com o Observatório Social do Brasil (OSB) desde maio de 2017. Financiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Democracia (UNDEF), o projeto busca ampliar a transparência e a accountability na execução de projetos de infraestrutura educacional, atuando tanto para pressionar governos para a retomada de obras inacabadas, como para prevenir novos atrasos e paralisações por meio de um controle social mais ativo.

A partir de uma rede de 21 observatórios sociais localizados em cinco estados das regiões Sul e Sudeste, acompanhamos de perto a implementação de 135 obras de creches e escolas de ensino infantil nos 21 municípios participantes, verificando a sua regularidade e apontando junto às gestões municipais os problemas identificados para que sejam corrigidos. O objetivo é, a partir desse acompanhamento, identificar qualitativamente os entraves para a execução e conclusão das obras ainda não entregues e levar ao Governo Federal as informações coletadas para que alguns dos problemas possam ser solucionados.

Com base nos dados do sistema SIMEC, do FNDE, as 135 obras monitoradas foram escolhidas a partir de um recorte incluindo apenas obras de construção de escolas e creches municipais financiadas pelo órgão nos 21 municípios selecionados para participar do projeto. Das outras obras indicadas no sistema, não foram incluídas reformas e ampliações, obras em parceria com governos estaduais e obras para a construção de quadras esportivas.

Originalmente, haviam sido identificadas 194 obras de creches e escolas financiadas pelo FNDE nos 21 municípios selecionados, das quais 59 (30%) estavam classificadas no sistema como concluídas. Selecionamos, portanto, as 135 obras restantes que ainda estavam por ser entregues para o monitoramento a ser desenvolvido em parceria com os 21 observatórios sociais participantes.

ANEXO II - TEXTO DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

“Objeto: Dados de obras financiadas pelo FNDE

Prezados,

De acordo com a Lei 12.527/2011, solicitamos as seguintes informações a respeito das obras pactuadas entre a Prefeitura de [cidade] e o FNDE listadas na relação abaixo:

1. Situação atual da obra;
2. Percentual executado;
3. Data da última medição;
4. Data prevista de conclusão;
5. Nome da empresa contratada;
6. CNPJ da empresa contratada;
7. Número do contrato;
8. Para as obras ainda não iniciadas, existe previsão de execução da obra na lei orçamentária de 2018?

Solicitamos o envio das informações em uma única tabela (formato .xls ou .csv), com uma linha correspondente a cada obra e uma coluna correspondente a cada informação solicitada (itens 1-8).

Relação das obras de interesse:

[Listar aqui]

Atenciosamente,
Transparência Brasil”

ANEXO III - RELAÇÃO DAS OBRAS MONITORADAS

ID obra	Nome	Município	UF	Situação Junho/2017	Situação Abril/2018	Total repassado (valores correntes de ago/2018)
25351	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA 002	Araucária	PR	Em andamento	Em andamento	R\$ 181.924,00
25352	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA 001	Araucária	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 95.596,00
25353	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA 006	Araucária	PR	Paralisada	Paralisada	R\$ 395.596,00
33214	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA 005	Araucária	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 466.078,00
33215	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA 004	Araucária	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 465.162,00
1003823	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA 003	Araucária	PR	Em andamento	Em andamento	R\$ 466.078,00

1012813	Jd. Dona Rosa	Araucária	PR	Não iniciada	Em andamento	-
1017726	CAPELA VELHA	Araucária	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 846.775,00
19887	Terreno Alto Bonito	Caçador	SC	Concluída	Concluída	R\$ 1.498.023,00
25121	Terreno Nossa Senhora Salete	Caçador	SC	Paralisada	Em andamento	R\$ 1.659.473,00
1006363	Terreno Rancho Fundo	Caçador	SC	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 457.231,00
1004300	CMEI Conj. Habit. Moradias Avelino Piacentini	Campo Mourão	PR	Em andamento	Em andamento	R\$ 1.081.213,00
1004301	CMEI Jardim Flora	Campo Mourão	PR	Em andamento	Em andamento	R\$ 1.121.614,00
1010390	AVELINO PIACENTINI	Campo Mourão	PR	Em andamento	Em andamento	R\$ 993.746,00

1004230	SEDE ALVORADA	Cascavel	PR	Paralisada	Paralisada	R\$ 781.396,00
1005696	OSCAR NIE-MEYER	Cascavel	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 461.693,00
	MUNIQUE/					
1006985		Cascavel	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 454.293,00
	TERRA NOVA					
1016714	Escola Zumbi dos Palmares	Cascavel	PR	Em andamento	Concluída	R\$ 1.052.710,00
1006367	CEIM NEW VILLAS	Chapecó	SC	Em andamento	Em andamento	R\$ 1.223.204,00
1009202	JARDIM NITEROI/JD. SÃO ROQUE	Foz do Iguaçu	PR	Não iniciada	Em andamento	R\$ 1.033.686,00
1009203	Cidade Nova II / Vila Solidária	Foz do Iguaçu	PR	Não iniciada	Em andamento	R\$ 453.338,00

1009204	Eloi Lohmann	Foz do Iguaçu	PR	Não iniciada	Em andamento	R\$ 450.598,00
1009205	JARDIM CATA-RATAS - PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 007	Foz do Iguaçu	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 450.601,00
1011101	Campos Do Iguaçu CONJUNTO LIBRA	Foz do Iguaçu	PR	Não iniciada	Não iniciada	-
1012814	JARDIM ALMADA - PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 006	Foz do Iguaçu	PR	Não iniciada	Não iniciada	-
1012815	CMEI GLEBA GUARANI	Foz do Iguaçu	PR	Não iniciada	Não iniciada	-
1012816	JD MONACO	Foz do Iguaçu	PR	Não iniciada	Não iniciada	-
1006081	Unidade Proinfância Jardim das Américas	Goioerê	PR	Em andamento	Paralisada	R\$ 457.691,00
1010867	Escola Integral Conjunto Águas Claras	Goioerê	PR	Em andamento	Em andamento	R\$ 3.187.606,00

13408	703277 - Esc. Educ. Infantil - Tipo B - Proinfância - Construção	Gravataí	RS	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 860.403,00
19651	EMEI Morada do Vale II	Gravataí	RS	Em andamento	Em andamento	R\$ 1.568.209,00
19874	EMEI Princesas	Gravataí	RS	Paralisada	Paralisada	R\$ 512.428,00
24614	EMEI PORTO SEGURO	Gravataí	RS	Em andamento	Em andamento	R\$ 625.815,00
24615	EMEI MORADA DO VALE III	Gravataí	RS	Paralisada	Paralisada	R\$ 185.312,00
24616	EMEI RINCÃO DA MADALENA	Gravataí	RS	Paralisada	Paralisada	R\$ 745.746,00
24617	EMEI IBIZA	Gravataí	RS	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 396.749,00
24618	EMEI PARQUE DOS EUCALIPTOS	Gravataí	RS	Em andamento	Em andamento	R\$ 1.580.532,00

1010678	E.M.E.I. COHAB C	Gravataí	RS	Não iniciada	Em anda- mento	R\$ 544.245,00
1010679	E.M.E.I. RAI O DE SOL	Gravataí	RS	Em andamento	Paralisada	R\$ 458.626,00
1010680	E.M.E.I. PAR- QUE FLORIDO	Gravataí	RS	Não iniciada	Cancelada	R\$ 460.192,00
1010681	E.M.E.I. BEM ME QUER	Gravataí	RS	Em andamento	Em anda- mento	R\$ 953.549,00
1010682	E.M.E.I. ALTA- VILLE	Gravataí	RS	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 459.522,00
1011012	E.M.E.I. COSTA DO IPIRANGA	Gravataí	RS	Em andamento	Em anda- mento	R\$ 278.826,00
1011013	E.M.E.I. FAVO DE MEL	Gravataí	RS	Em andamento	Paralisada	R\$ 164.132,00
25284	PAC 2 - CRE- CHE/PRÉ-ES- COLA 009	Guarapuava	PR	Concluída	Concluída	R\$ 1.563.303,00

25286	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 008	Guarapuava	PR	Concluída	Concluída	R\$ 1.601.359,00
1005588	Creche Vila Colibri	Guarapuava	PR	Em andamento	Em andamento	R\$ 787.605,00
25130	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 001	Imbituba	SC	Paralisada	Paralisada	R\$ 1.357.041,00
1006532	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO CAMPESTRE	Imbituba	SC	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 452.087,00
1001606	EMEI Conventos	Lajeado	RS	Em andamento	Em andamento	R\$ 1.349.132,00
1017501	EMEI BOM PASTOR	Lajeado	RS	Não iniciada	Não iniciada	-
24448	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 002	Limeira	SP	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 481.279,00
24449	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 004	Limeira	SP	Paralisada	Paralisada	R\$ 1.145.442,00

24450	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA 001	Limeira	SP	Não iniciada	Cancelada	R\$ 968.507,00
24451	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA 006	Limeira	SP	Não iniciada	Cancelada	-
1014625	Creche Res. Alto dos Laranjais	Limeira	SP	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 441.276,00
17386	700068/11 - Escola de Educação Infantil	Palhoça	SC	Paralisada	Paralisada	R\$ 359.463,00
25132	Creche Jardim Coqueiros	Palhoça	SC	Paralisada	Concluída	R\$ 395.004,00
25133	Creche Alaor Silveira	Palhoça	SC	Paralisada	Concluída	R\$ 544.229,00
25134	Creche Loteamento Mirian II	Palhoça	SC	Paralisada	Concluída	R\$ 395.004,00
25135	Creche Caminho Novo	Palhoça	SC	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 391.048,00

1006536	Área Institucional Loteamento Igaraty	Palhoça	SC	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 247.882,00
19337	JARDIM IGUA- ÇU	Paranaguá	PR	Em andamento	Concluída	R\$ 1.278.351,00
25356	LOCALIDADE CAIC	Paranaguá	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 395.565,00
25357	Labra	Paranaguá	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 395.595,00
25358	Jardim Espe- rança	Paranaguá	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 395.270,00
25359	Alexandra	Paranaguá	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 395.603,00
25360	Porto dos Pa- dres	Paranaguá	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 395.598,00
1005814	DIVINÉIA	Paranaguá	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 246.178,00

1009214	Beira Rio	Paranaguá	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 245.829,00
18129	EMEI SANGA FUNDA	Pelotas	RS	Em andamento	Paralisada	R\$ 240.260,00
19600	LOTEAMENTO EUCALIPTO	Pelotas	RS	Em andamento	Paralisada	R\$ 252.347,00
20024	EMEI MONTE BONITO	Pelotas	RS	Não iniciada	Paralisada	R\$ 171.614,00
20029	EMEI SÍTIO FLORESTA	Pelotas	RS	Em andamento	Paralisada	R\$ 252.347,00
20033	LOTEAMENTO DUNAS	Pelotas	RS	Em andamento	Paralisada	R\$ 252.347,00
20061	EMEI Z3	Pelotas	RS	Não iniciada	Paralisada	R\$ 171.614,00
20179	VILA PRINCESA	Pelotas	RS	Em andamento	Paralisada	R\$ 252.347,00

24619	EMEI Getulio Vargas	Pelotas	RS	Paralisada	Paralisada	R\$ 850.318,00
24620	EMEI Governo	Pelotas	RS	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 539.519,00
24621	EMEI Navegantes	Pelotas	RS	Em andamento	Em andamento	R\$ 527.329,00
24622	EMEI Farrou-pilha	Pelotas	RS	Não iniciada	Paralisada	R\$ 539.635,00
24623	EMEI Loteamen-to Eldorado	Pelotas	RS	Paralisada	Paralisada	R\$ 860.660,00
1009321	Vasco Pires	Pelotas	RS	Não iniciada	Em anda-mento	-
1009322	Laranjal	Pelotas	RS	Não iniciada	Em anda-mento	-
17717	700195/11 - EE Infantil - Vila Romana	Ponta Grossa	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 902.065,13*

17718	700195/11 - EE Infantil - Vila Cristina	Ponta Grossa	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 902.065,13*
17720	700195/11 - EE Infantil - 31 de Março	Ponta Grossa	PR	Em andamento	Concluída	R\$ 902.065,13*
19529	CMEI DO JARDIM PANAMÁ	Ponta Grossa	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 1.118.052,00
19531	CMEI DA VILA CRISTINA	Ponta Grossa	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 426.997,00
19536	CMEI DO PARQUE TAROBA	Ponta Grossa	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 427.101,00
25309	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA MCMV 001	Ponta Grossa	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 969.501,00
25311	CMEI JARDIM DOS MANACÁS	Ponta Grossa	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 969.501,00
25312	CMEI VILA ELISEU CAMPOS MELLO	Ponta Grossa	PR	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 453.100,00

8969	657111 - Esc. Educ. Infantil - Tipo B	Santa Maria	RS	-	(Em andamento)	R\$ 1.404.673,00
13418	704173 - Esc. Educ. Infantil - Tipo C - Proinfância - Construção	Santa Maria	RS	-	(Em andamento)	R\$ 421.174,00
19778	Estação dos Ventos	Santa Maria	RS	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 364.809,00
19910	Vila São João Batista	Santa Maria	RS	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 364.809,00
19965	Diacono Luiz Pozzobom	Santa Maria	RS	Paralisada	Paralisada	R\$ 936.409,00
20098	Vila Jardim	Santa Maria	RS	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 364.809,00
24531	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA MCMV 001	Santa Maria	RS	Não iniciada	Cancelada	R\$ 185.529,00
24532	Residencial Lopes	Santa Maria	RS	Paralisada	Paralisada	R\$ 960.924,00

24533	PAC_ DOM LUIZ VICTOR SARTORI	Santa Maria	RS	Não iniciada	Cancelada	R\$ 185.180,00
24534	PAC 2 - CRE- CHE Municipal Bairro Nossa Senhora da Medianeira	Santa Maria	RS	Paralisada	Paralisada	R\$ 953.326,00
24535	PAC 2 - CRE- CHE SANTA MARTA	Santa Maria	RS	Paralisada	Paralisada	R\$ 958.470,00
24536	PAC 2 - CRE- CHE/PRÉ-ES- COLA 002 LOTEAMENTO MONTE BELO- CAMOBI	Santa Maria	RS	Paralisada	Paralisada	R\$ 956.434,00
25206	CEI Majorca	São Francis- co do Sul	SC	Paralisada	Paralisada	R\$ 392.883,00
1014175	Iperoba	São Francis- co do Sul	SC	Paralisada	Em anda- mento	R\$ 1.495.705,00
24484	PAC 2 - CRE- CHE/PRÉ-ES- COLA 005	São José dos Campos	SP	Em andamento	Concluída	R\$ 7.426.830,00
1010716	PAC 2 - CRE- CHE/PRÉ-ES- COLA 002	São José dos Campos	SP	Em andamento	Concluída	R\$ 6.407.008,00

1010717	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA 003 TIPO I	São José dos Campos	SP	Em andamento	Concluída	R\$ 2.147.736,00
1067788 (1001904)	Creche Municipal JARDIM OÁSIS	Taubaté	SP	Paralisada	Em andamento	R\$ 1.501.468,00
1006108	Creche Municipal HÍPICA PINHEIRO	Taubaté	SP	Em andamento	Em andamento	R\$ 1.489.092,00
1006109	Creche Municipal PORTAL DA MANTIQUEIRA	Taubaté	SP	Em andamento	Em andamento	R\$ 1.729.756,00
1006110	Creche Municipal FAZENDEI-NHA	Taubaté	SP	Em andamento	Em andamento	R\$ 1.489.338,00
4443	700302 - EE Infantil - Canaã II	Uberlândia	MG	Paralisada	Em andamento	R\$ 1.645.414,00
7895	710390 - E Educ Infantil C-Jd. Palmeiras II	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 342.547,75*
8235	710390 - E Educ Infantil Tipo C - Jd. Europa	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 342.547,75*

8236	710390 - E Educ Infantil Tipo B - Mansour	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 342.547,75*
8237	710390 - E Educ Infantil B - Jardim Botânico	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 342.547,75*
8238	710390 - E Educ Infantil Tipo C - Pa- caembu	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 342.547,75*
8239	710390 - E Educ Infantil C - Jd. Sucupira	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 342.547,75*
8240	710390 - E Educ Infantil Tipo B - Planalto	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 342.547,75*
8241	710390 - E Educ Infantil Tipo C - Mo- rumbi	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 342.547,75*
1001247	PAC 2 - CRE- CHE/PRÉ-ES- COLA 005	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 490.673,00
1001248	PAC 2 - CRE- CHE/PRÉ-ES- COLA 001	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 490.673,00

1002357	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA MCMV 006	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 490.426,00
1002358	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA MCMV 005	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 491.762,00
1002359	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA MCMV 004	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 487.365,00
1002360	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA 003	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 495.726,00
1002361	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA MCMV 003	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 491.646,00
1002362	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA MCMV 002	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 492.965,00
1002363	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA 006	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 495.617,00
1002364	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ESCOLA MCMV 001	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 492.551,00

1002365	PAC 2 - CRE-CHE/PRÉ-ES-COLA 002	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	R\$ 491.579,00
1004081	EMENDA PARLAMENTAR 27680005	Uberlândia	MG	Não iniciada	Não iniciada	-

*Valores médios estimados com base no total repassado para os respectivos convênios e o número de obras previsto por convênio.